

## POLÍTICAS E CURRÍCULO DA EJA EM SERRA-ES

Ana Amélia C. da Costa<sup>1</sup>  
Cleimara Oliveira<sup>2</sup>  
Isabela Carla da Silva<sup>3</sup>  
Maria Luiza de Andrade<sup>4</sup>  
Naianne Ramos Peixoto<sup>5</sup>

### RESUMO

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica realizada em 2017 e 2018, na Faculdade Capixaba da Serra - Multivix, por alunas do curso de Pedagogia, e teve como objetivo conhecer a política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Serra/ES, onde a faculdade está localizada. A metodologia é de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de uma pesquisa exploratória e pesquisa bibliográfica sobre a EJA e a EJA no município em questão. Os resultados apontam para os esforços do município em elaborar uma política para implementação da modalidade da EJA com um currículo específico diante de seus desafios e possibilidades da formação escolar de jovens e adultos com uma perspectiva de formação ao longo da vida.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos. Política Educacional. Serra/ES.

### 1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), no artigo 205, descreve a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, no entanto, historicamente, não é isso que acontece. A oferta de vagas e a possibilidade de manutenção dos alunos em muitas instituições de ensino, com propostas

---

1 Graduada do curso de Pedagogia na Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra).  
E-mail: anaameliacc@gmail.com.

2 Graduada do curso de Pedagogia na Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra).  
E-mail: anaameliacc@gmail.com.mara-oliveiraa@hotmail.com.

3 Graduada do curso de Pedagogia na Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra).  
E-mail: bebellakarla@gmail.com.

4 Graduada do curso de Pedagogia na Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra).  
E-mail: malualmeidacs@gmail.com.

5 Graduada do curso de Pedagogia na Faculdade Capixaba da Serra (MULTIVIX Serra).  
E-mail: naianne.rp@gmail.com.

pedagógicas de qualidade e relevante, não têm sido desenvolvidas nos anos iniciais nem em etapas posteriores. Um dos motivos que se pode entender como resultado dessa realidade é um número significativo de jovens e adultos que não finalizaram seus estudos na chamada idade regular. Com isso, a procura desses alunos por escolas que ofereçam a Educação de Jovens e Adultos (EJA) configura-se a única saída para a formação desses sujeitos, um processo que muitas vezes é marcado de idas e vindas, isto é, de ingressos e desistências. Desse modo, fica claro que a EJA passou a ser uma modalidade de ensino a qual se faz perceber a intrínseca ligação da busca do tempo perdido, onde alunos que se inserem, nesta modalidade, buscam além de mais conhecimento, melhores condições de posicionamento e convivência na sociedade contemporânea.

A diversidade de perfis e de realidades dos sujeitos que compõem a EJA é influenciada por variados aspectos, como idade, condição sociocultural e econômica, relação do indivíduo com o mundo do trabalho e o insucesso escolar com reprovação, o chamado fracasso escolar. Ressalta-se a importância que se considere, comumente, que esses alunos são indivíduos que se encontram há algum tempo afastados da sala de aula, apresentando uma série de questões referentes à sua autoestima e motivação. Nessa realidade, destacam-se, por exemplo, as relações intergeracionais, cujos diálogos podem ser tensionados pelas culturas, experiências vividas e, por vezes, as formas de expressão conflitam com padrões homogêneos.

Prudente e relevante, nesta pesquisa, se faz trazer o olhar do discente sobre o ambiente de ensino e das práticas pedagógicas na EJA, nos quais professores e alunos encontrem-se como sujeitos com a tarefa de provocar e produzir conhecimentos, esses sustentados na perspectiva daqueles que aprendem, relativos a saberes diversos e que contribuem, efetivamente, para a vida dos alunos, já que é um tema frequentemente abordado do ponto de vista das políticas públicas, do plano curricular, das práticas e dos desafios enfrentados pelos docentes.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de iniciação científica realizado em 2017 e 2018, na Faculdade Capixaba da Serra – Multivix, por alunas do curso de Pedagogia, e teve como objetivo conhecer a política de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município de Serra/ES, onde a

faculdade está localizada. Nessa direção, a investigação considerou para a escolha do tema a função da instituição de contribuir, por meio da pesquisa, para a produção de conhecimento na/para a realidade local. O problema da pesquisa foi: qual é e como é desenvolvido a política educacional voltada para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos no município de Serra/ES?

A organização do texto demonstrará o percurso metodológico da iniciação científica, em seguida, uma discussão teórica que fundamenta a metodologia, a prática e os estudos da EJA e, por fim, a apresentação e discussão da EJA em Serra/ES.

## **2 METODOLOGIA**

A composição metodológica do trabalho o insere nas características de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, por se tratar do primeiro passo para uma pesquisa científica (FERRÃO; FERRÃO, 2012). Essa classificação demonstrou-se profícua para o contexto de realização do estudo: a iniciação científica, cuja uma de suas finalidades é a introdução de graduandos no contexto da pesquisa.

A técnica utilizada foi a pesquisa bibliográfica, por meio da qual se buscou conhecer diversas contribuições científicas sobre o tema estudado (FERRÃO; FERRÃO, 2012). Destacam-se as obras de Freire (1987) e Vieira Pinto (1982) sobre a EJA e os textos de Batista (2011) e Martins (2015) sobre a EJA no município de Serra/ES. O estudo e a análise dessas obras constituíram-se como elementos fundamentais para a realização da pesquisa apresentada.

Na etapa de levantamento bibliográfico sobre a temática estudada, constatou-se a reduzida produção acadêmica que discuta a Educação de Jovens e Adultos no cenário do estado do Espírito Santo, especialmente no município de Serra. Fato que corrobora com o reduzido espaço da EJA na formação de professores, inclusive em cursos de Pedagogia. Por isso a necessidade de realização de estudos nessa temática é fundamental para o conhecimento e compreensão dessa modalidade de ensino.

## **3 OS SENTIDOS DA EJA**

Desde os primórdios da EJA até os dias de hoje, a forma de ensinar não se difere com tanta relevância. A trajetória que teve início no século XVI com os jesuítas na catequese de índios continua basicamente a mesma com as donas de casa, os seguranças, funcionários domésticos e aposentados que procuram avanço de vida, seja intelectual e/ou econômico, por meio dos estudos. As semelhanças se encontram em dois pontos: os alunos desta modalidade estão sujeitos ao modelo copista, sem grande preocupação com o desenvolvimento crítico, que advém da época dos jesuítas. Assim como a educação formal serviu para aculturar e “adestrar” os índios, o mesmo ocorre com os estudantes do ensino público. Essas semelhanças na conjuntura nacional se devem a dissociação entre o econômico e o social, o que nos leva a uma desmedida desigualdade socioeconômica.

A educação durante um longo tempo não estava preocupada em atender os jovens e adultos que tiveram sua vida escolar interrompida, seja pela falta de vagas ou pelas condições socioeconômicas desfavoráveis a que vivem. Dessa forma, eles sofrem a exclusão diariamente.

As propostas educacionais para EJA eram marcadas por um conceito compensatório de educação, tentando assim proporcionar apenas a “recuperação do tempo perdido”, não levando em consideração as especificidades de cada indivíduo. Logo, as políticas educacionais voltadas aos mesmos foram quase sempre efetivadas na forma de campanhas emergenciais e/ou aligeiradas (SERRA, 2010).

Dentre os vários fatores que sustentaram a desigualdade está o interesse da classe dominante. Segundo Marx (1974), essa classe promove dentro da sociedade a ideologia que assegura sua existência por meio da divisão do trabalho entre o trabalho intelectual (produção de criticidade) e o braçal (produção material). À classe dominante caberá o primeiro trabalho e à dominada, o segundo. Assim, o sistema de ensino, como todo o sistema que rege a sociedade, seguirá essa premissa.

Paulo Freire (1987), grande influenciador do movimento da pedagogia crítica, censura a educação copista, descolada das discussões sociais do estudante, em que a alfabetização do trabalhador não é associada ao letramento. Freire chama esse processo de educação bancária e propõe uma educação problematizadora, na qual a aprendizagem da leitura e escrita

possibilita também uma leitura de mundo, das situações de desigualdade, de submissão e de exploração entre as classes sociais. Em relação a esta problematização, Vieira Pinto (1982, p. 37) corrobora:

Do ponto de vista do indivíduo, as probabilidades de receber educação diferenciada e de recebê-la em determinado grau dependem de sua posição no contexto social, da natureza de seu trabalho e do valor atribuído a este pelos interesses da consciência social dominante. Para que aumentem as possibilidades de receber educação [...] é necessário que mude o ponto de vista dominante sobre o valor do homem na sociedade, o que só ocorrerá pela mudança de valoração atribuída ao trabalho.

Na perspectiva de Freire e Vieira Pinto, a educação tem a potência de libertar o educando da situação de opressão dominante. A consciência que a educação pode fomentar nos indivíduos ultrapassa, para esses autores, o conhecimento dos conteúdos curriculares, ela é transformadora quando o conhecimento é também compreensão da realidade e possibilita uma transformação para o sujeito e para a sociedade, tal como afirma Vieira Pinto (1982, p. 39):

A sociedade está continuamente equipando seus membros com conhecimentos e atitudes que permitem a sobrevivência do grupo humano. O equívoco das concepções instrumentalistas da educação [...] está em proceder segundo uma perspectiva individualista, acreditando que o motor da educação está no interesse do indivíduo de adaptar-se ao meio social. [...] Na verdade, o motor da educação está no interesse da sociedade em aproveitar para seus fins coletivos [...] a força de trabalho de cada um de seus membros.

### **3 POLÍTICAS ORGANIZADORAS E O CURRÍCULO DA EJA EM SERRA-ES**

A EJA é uma modalidade da educação formal. Dessa forma, ela é organizada por um conjunto de legislação, dentre os quais têm destaque o Parecer 11/2000 (BRASIL, 2000). Este Parecer é voltado para os sistemas de ensino e seus respectivos estabelecimentos que ofertam a EJA, onde suas diretrizes são obrigatórias.

De acordo com o documento, o Brasil possui um número significativo de analfabetos. O maior número de analfabetos se constitui de pessoas com mais idade, de regiões pobres e interioranas e provenientes dos grupos afro-brasileiros. Por isso, a EJA representa uma dívida social não reparada para os cidadãos que a leitura e a escrita ainda não foram incorporadas como um bem social, o que é imprescindível para a vivência social hodiernamente.

Especialmente quando se associa a inserção no mercado de trabalho ao nível de escolarização dos sujeitos. Assim, a baixa de escolaridade é preconceituosamente utilizada como uma espécie de vocação para as chamadas funções desqualificadas do mercado (BRASIL, 2000).

Desse modo, a função reparadora da EJA, no limite, significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante (BRASIL, 2000, p. 7).

Além de reparar uma situação histórica, a EJA objetiva também equalizar, nessa perspectiva, a educação:

Deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. [...] Ela possibilita ao indivíduo jovens e adultos retomar seu potencial, desenvolver suas habilidades, confirmar competências adquiridas na educação extraescolar e na própria vida, possibilitar um nível técnico e profissional mais qualificado (BRASIL, 2000, p. 9).

A EJA assume o sentido de educação ao longo da vida, sendo esse seu sentido maior, de acreditar que todos têm o direito de aprender a qualquer etapa da vida. A função permanente ou qualificadora é a principal função a ser observada na educação de jovens e adultos (BRASIL, 2000).

De acordo com a organização curricular da EJA em Serra/ES (SERRA, 2010), um dos principais desafios dos sujeitos da EJA é conciliar os tempos da vida com os tempos da escola. As tarefas e responsabilidades cotidianas dos sujeitos dificultam a conciliação com a vida estudantil, o que em muitos casos gera o abandono escolar. Assim, a escola precisa mudar de direção para atender a demanda, investir em uma:

[...] mudança que quebra a lógica burocratizadora [...] e permite que os tempos da vida inundem os tempos da escola [...] a escola pode ser vivida como um tempo pleno de possibilidades no qual a vida flui e os processos de aprendizagem e socialização aconteçam para todos (MOLL, 2004, p. 101 apud SERRA, 2010, p. 16).

A organização da EJA nos sistemas de ensino precisa seguir essas funções destacadas no Parecer, uma vez que o currículo da EJA pressupõe uma concepção teórica, prática e metodológica daquelas aplicadas no ensino regular. Destaca-se que a compreensão do sujeito jovem e adulto é o norte para a

elaboração de políticas educacionais nesse campo, que, embora marginalizado nas propostas oficiais, constitui um grande desafio em um país desigual e com muitos problemas socioeconômicos como o Brasil.

Em consonância com esse aparato legal, o município de Serra/ES, para atender a demanda de escolarização de jovens e adultos, elaborou uma proposta voltada para essa modalidade. O município observou que muitos profissionais que atuam no âmbito escolar conceberam a oferta como “um favor” aos sujeitos. Essa visão poderia ser resultado da ausência de uma proposta de formação específica para os profissionais atuantes na EJA, aliada a ausência de disponibilidade de recursos humanos e materiais para que a escola seja utilizada em sua potencialidade (SERRA, 2010).

Por isso, a preocupação da Rede Municipal de Ensino de Serra se organizou para reconfigurar as ações políticas e práticas pedagógicas da EJA. A fim de atender as demandas de escolarização, a Proposta de Implementação da modalidade EJA escutou os profissionais da área e considerou o perfil dos sujeitos da EJA, possibilitando colocar em prática um programa organizado e desenvolvido (SERRA, 2010). Segundo Batista (2011, p. 72):

A implementação da Modalidade EJA é sinalizada como possibilidade de produzir uma política que tome a educação de adultos não como um imperativo econômico, mas como um direito social que aponta para o reconhecimento das trajetórias específicas dos sujeitos jovens e adultos demandatários da EJA.

A proposta pedagógica elaborada no município ressalta a importância dos profissionais que atuam no sistema considerarem toda e qualquer experiência de vida dos alunos, pois eles carregam consigo saberes tecidos ao longo dessa trajetória de vida e têm uma forma peculiar de lidar com o conhecimento. Considerando tal fato, as diretrizes curriculares para a EJA recomendam que “o perfil dos estudantes da EJA e suas situações reais devem constituir o núcleo da organização da proposta pedagógica” (Parecer CNE/CEB N° 11/2000).

Isso implica pensar na estrutura curricular de forma coletiva e democrática em sua totalidade. Em ressonância, o âmbito escolar acolhe os saberes desses jovens e adultos e os utiliza dentro da sala de aula, entrelaçando-os aos conteúdos escolares, dando sentido à vida e à educação desses sujeitos. Esse movimento considera ainda a organização curricular oficial da Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para etapa (SERRA, 2010).

A organização curricular de Serra (SERRA, 2010) é distribuída em quatro etapas: Inicial I, Inicial II, Intermediária e Conclusiva. Elas equivalem ao primeiro e segundo segmentos do Ensino Fundamental. Por se tratar da esfera municipal, não é ofertado o ensino médio.

A EJA conta com efetivo trabalho escolar do aluno e do professor desenvolvido sob a orientação deste, totalizando no mínimo 800 (oitocentas) horas anuais, compreendendo no mínimo 640 (seiscentas e quarenta) horas anuais de efetivo trabalho escolar em sala de aula e no mínimo 160 (cento e sessenta) horas anuais organizadas com Atividades Curriculares Diversificadas, que devem ser planejadas e registradas (carga horária, conteúdo desenvolvido, e frequência) de acordo com a proposta de trabalho (SERRA, 2010, p. 18).

O estudo do documento demonstra a preocupação do município em conferir aos sujeitos da EJA o mesmo direito à educação que os alunos do ensino regular: uma educação pública, gratuita e de qualidade é um princípio presente do documento. Entretanto, o próprio documento ressalta que o corpo docente atuante na modalidade é formado por profissionais de contrato temporário, com extensão ou complementação de carga horária. A proposta ideal seria cumprimento da carga horária exigida e dedicação profissional durante a execução de seu trabalho, quebrando assim o mito de que trabalhar no noturno é uma forma de descansar ou de trabalhar menos (SERRA, 2010).

Na tentativa de superar esse e outros desafios da EJA, a Secretaria de Educação do município elaborou uma metodologia de trabalho para o ensino por meio de oficinas de qualificação profissional, também chamadas de oficinas de arte e cultura, com uma proposta transdisciplinar (SERRA, 2010).

Outra experiência de organização da EJA foi por meio de um programa federal chamado Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos, na Formação Inicial e Continuada com Ensino Fundamental (PROEJA-FIC). De acordo com Martins (2015), a motivação para a realização da investigação surgiu da curiosidade despertada a partir de uma pesquisa de campo realizada em uma escola municipal no município.

Nessa escola, a EJA ocorria de um modo diferente, pois além da formação geral (em uma escola da rede municipal) havia também uma formação técnica (em uma escola da rede federal), com a experiência do currículo integral. O PROEJA-FIC, objeto de análise de Martins (2015), é um programa de formação inicial e continuada que oferta qualificação profissional a trabalhadores jovens e

adultos. É um programa federal, realizado em parceria com os institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifes) e municípios. Essa experiência visou:

A formação de trabalhadores jovens e adultos para uma perspectiva de mudança de vida e formação humana integral para o mundo do trabalho. Desse modo, propõe ressignificar a inclusão destes educandos nas instituições, fortalecendo suas potencialidades na intenção de dar continuidade nos estudos e fazer uma relação com a formação profissional (MARTINS, 2015, p. 17).

O currículo integrado é a articulação dos conteúdos à realidade dos sujeitos da EJA. Entretanto, a integração curricular não se efetiva simplesmente com a transmissão e aquisição de conteúdo das disciplinas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) com a Educação Básica. Integrar sugere a efetiva participação de educandos e educadores da EJA na leitura da realidade, que permite a compreensão das relações para construção aprendizagem (MARTINS, 2015).

Nessa direção, a autora destaca não ser possível pensar em propostas curriculares como lista de conteúdos, o desafio, segundo ela, é pensar os tempos de aprendizagem desses sujeitos e nos tempos da escola.

A sistematização de um currículo na EJA que atende as necessidades desses sujeitos conforme suas especificidades e uma forma de mudar a imagem deste educando que busca uma valorização no mundo do trabalho (MARTINS, 2015, p. 11).

Reflete ainda:

A pesquisa também evidenciou que a oferta de cursos profissionalizantes integrados a educação básica foi uma oportunidade que poucos sujeitos puderam aproveitar diante da demanda de escolarização de trabalhadores jovens e adultos habitantes do município de Serra. Essa constatação reafirma a importância do Programa e de sua continuidade como política pública de estado voltada para trabalhadores jovens e adultos, uma vez que a oferta do PROEJA-FIC [...] teve seu último ano de execução em 2013 e os educandos que concluíram essa etapa da educação básica poderão dar continuidade aos estudos em cursos oferecidos na EJA e no PROEJA ensino médio, por exemplo (MARTINS, 2015, p. 18).

A reflexão de Batista (2011) sobre a EJA vale como argumento para a consideração acima. De acordo com a pesquisadora, “as políticas para a EJA, muitas vezes, são efetivadas com base apenas no valor econômico dessa modalidade, que como temos visto nem sempre se apresenta como uma prioridade para os gestores públicos” (BATISTA, 2011, p. 68). Isso repercute em descontinuidade de programas, diminuição de turmas e escolas que ofertem essa modalidade de ensino.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação de Jovens e Adultos permanece como um desafio para o Brasil, um país em franco desenvolvimento econômico, mas que ainda não consegue assegurar uma educação pública, gratuita e de qualidade para uma parcela significativa de seus cidadãos.

Nas políticas educacionais, a EJA ainda permanece como uma discussão secundária diante do chamado ensino regular, mas desde sua alocação como uma modalidade de ensino ela não pode mais ser alijada da discussão educacional. Nessa perspectiva, os sistemas educacionais devem voltar seus esforços para elaboração de políticas e currículos para a EJA. No que tange ao município de Serra/ES, os estudos de fontes bibliográficas e de documento da Secretaria de Educação constituíram as fontes para o conhecimento da organização política e curricular da EJA. A partir deles, observou-se o empenho em elaborar uma estrutura para que a modalidade pudesse se organizar e desenvolver conforme a legislação normativa federal, considerando ainda parte da perspectiva teórico-metodológica que fundamenta os estudos desse campo educacional.

Por um lado, reconhece-se o esforço do município; por outro, os estudos refletem que muito ainda há de ser feito para a EJA e, especialmente, seus sujeitos. Desse modo, a pesquisa não finda em si, mas ela aponta a perspectiva de continuidade com dados mais atuais, e também com estudos de campo, no qual gestores, educadores e educandos possam ser ouvidos para compreensão da Educação de Jovens e Adultos no município de Serra/ES.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Andrea de Souza. **Políticas públicas de EJA no município da Serra:** (im)possibilidades e desafios do PROEJA-FIC. Trabalho de conclusão de Curso (Mestrado Em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: 1988.

\_\_\_\_\_. PARECER CNE/CEB n. 11, de 10/05/2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

MARTINS, Cristiane Ribeiro Ventura. **PROEJA-FIC: os desafios da construção de um currículo integrado.** Trabalho de conclusão de Curso (Pós-Graduação em Proeja). Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 2015.

MARX, Karl. **O Capital.** v. 1. Coimbra: Centelha, 1974.

SERRA. **Proposta de alteração do projeto de implementação da modalidade EJA no município da Serra.** Serra, 2010.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Sete lições sobre Educação de Adultos.** São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.